

**RELATO DE EXPERIÊNCIA:
PROCESSO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO
MUNICÍPIO DE CRATO-CE**

CAMILA LIMA SILVA¹
CICERO ERLÂNDIO ISÍDIO DE ALMEIDA²
LUCINA NUNES DE SOUSA³
MARIA DO SOCORRO COSTA⁴
NATHALIE PEIXOTO RATTTS⁵
TALITA LEITE BESERRA⁶

RESUMO

O planejamento no SUS é uma função gestora que além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar os princípios constitucionais do sistema. Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica. A tarefa de planejar exige conhecimento técnico que se expressa em instrumentos e ferramentas desenvolvidas em processos de trabalho. Avaliar consiste basicamente em fazer um julgamento de valor a respeito de uma intervenção ou sobre qualquer um de seus componentes, com o objetivo de ajudar na tomada de decisões. Este julgamento pode ser resultado da aplicação de critérios e de normas (avaliação normativa) ou se elaborar a partir de um procedimento científico (pesquisa avaliativa). O objetivo deste artigo é relatar a experiência dos autores mediante a investigação do processo de gestão, planejamento e avaliação dos serviços de saúde ofertados em um município da Macro região do Cariri do Sul do estado do Ceará. Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência que ocorreu a partir de uma visita à Secretaria de Saúde do Município de Crato. Participaram do momento, as coordenadoras da atenção farmacêutica, da vigilância epidemiológica e da atenção básica, estas foram escolhidas de forma aleatória e mediante a disponibilidade para participar da ocasião. Os coordenadores relataram que o planejamento regional é baseado nas políticas de saúde que subsidiam as tomadas de decisões locais, porém com as adequações necessárias. A avaliação é um processo permanente. Logo após o planejamento, cada setor demonstrou uma forma própria de avaliação, mas os mecanismos não foram bem explicitados. No entanto, expressam a necessidade de melhorar tal atividade, almejando uma melhor demonstração da efetividade e impactos das ações executadas. Além disso, julga-se necessário o estabelecimento de instrumentos, sejam protocolos, reuniões avaliativas etc.

¹Universidade Federal da Bahia

^{2,3,4,5,6} Universidade Regional do Cariri

INTRODUÇÃO

A noção de planejamento é aplicada, fundamentalmente, em diferentes áreas do conhecimento como Administração, Economia e Política. Planejar ações políticas, definir estratégias econômicas, esquemas regulatórios, modelos de administração de empresas e negócios em geral fazem parte do cotidiano da ordem política e social. Pode-se afirmar que planejar é reduzir incertezas. Logo, implica em algum grau de intervenção na economia, associa-se a práticas regulatórias, orienta investimentos e está diretamente vinculado à alocação eficiente de recursos. No setor saúde, as práticas de planejamento estão presentes em todo o processo que é conhecido como Gestão do Sistema Único de Saúde SUS (BRASIL, 2016).

Em 2011, com o lançamento do Decreto n° 7.508, e em 2012, da Lei Complementar n° 141, inovações políticas, gestoras e assistenciais foram instituídas, recolocando dessa forma, o planejamento em saúde na agenda dos gestores. Essas normas determinaram a necessidade de revisão normativa, de aprimoramento de estruturas instrumentais e de construção de novos processos e novas ferramentas de apoio ao planejamento no Sistema único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2016).

O planejamento no SUS é uma função gestora que além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar os princípios constitucionais do sistema. Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica. A tarefa de planejar exige conhecimento técnico que se expressa em instrumentos e ferramentas desenvolvidas em processos de trabalho (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, Campos (2010) ressalta que é sempre desejável que, no processo de formulação e implementação de programas, serviços ou políticas, seja pensado conjuntamente um modelo de avaliação para tais ações. Desta forma objetivos, resultados e impactos definidos para o projeto já serão descritos e dispostos de uma forma mais viável e mais fácil para avaliação, bem como, o ato de avaliar permitirá aos agentes financiadores comparar os benefícios das diferentes estratégias de intervenções e das tecnologias adotadas, com vista em maximizar os impactos dos seus investimentos.

Contandriopoulos et al. (1997) explicam que avaliar consiste basicamente em fazer um julgamento de valor a respeito de uma intervenção ou sobre qualquer um de seus componentes, com o objetivo de ajudar na tomada de decisões. Este julgamento pode ser resultado da aplicação de critérios e de normas (avaliação normativa) ou se elaborar a partir de um procedimento científico (pesquisa avaliativa).

Tendo em vista, a importância desses dois processos dentro da formulação das propostas assistenciais à saúde, o objetivo deste artigo é relatar a experiência dos autores mediante a investigação do processo de gestão, planejamento e avaliação dos serviços de saúde ofertados em um município da Macro região do Cariri do Sul do estado do Ceará.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, elaborado no contexto da disciplina gestão planejamento e avaliação em saúde do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Universidade Regional do Cariri.

O momento ocorreu a partir de uma visita à Secretaria de Saúde do Município de Crato, cuja finalidade foi dialogar com coordenadores da atenção em saúde. Participaram do momento, as coordenadoras da atenção farmacêutica, da vigilância epidemiológica e da

atenção básica, estas foram escolhidas de forma aleatória e mediante a disponibilidade para participar da ocasião.

Para alcançar o objetivo traçado, ao decorrer da conversa com as profissionais, foram usadas as seguintes ideias disparadoras: 1) Elementos essenciais para garantia dos princípios do SUS; 2) Estratégias para a melhoria das ações e serviços de saúde; 3) Importância do planejamento e avaliação dos serviços; 4) Trabalho em redes de atenção: potencialidades e fragilidades; 5) Propostas para adequação das políticas públicas de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para lidar com os diversos problemas que cerceiam a área da saúde inúmeros países optam por sistemas de atenção à saúde baseadas em redes. Nestes arranjos para que a garantia do cuidado integral seja efetivada se faz necessária a conectividade dos vários elementos que as compõe e a interação entre seus profissionais e equipe (ARRUDA, 2015). Esses componentes se evidenciam nas falas das coordenadoras como principal entrave a consolidação e fortalecimento das redes de atenção (RAS). A desarticulação dos componentes dessa rede (pontos/profissionais), persiste na configuração do agir individualista, um egoísmo por parte dos profissionais que não se sentem como atores pertencentes de todo o processo.

Ainda assim, as gestoras reconhecem o potencial das RAS ao afirmarem que a integralidade do cuidado será garantida, tendo em vista a disponibilização de ações e serviços de complexibilidade múltiplas. Quanto às fragilidades, foram destacadas o empoderamento e importância dos profissionais dentro da rede, sensibilização da rede e comunicação efetiva.

Dentre os princípios doutrinários do SUS, as coordenadoras frisaram em maior intensidade o da equidade, ou seja, oferta de serviços em consonância com as necessidades em saúde da população, nesse sentido, as profissionais elencaram os conhecimentos sanitários e epidemiológicos como essenciais para a garantia desse princípio.

Nesse sentido, elencando a ideia de equidade em saúde, as estratégias de atendimento às populações e gerenciamento dos serviços é a observação da realidade local visando na melhor distribuição de recursos e insumos em virtude às demandas de cada comunidade, objetivando a ausência de faltas ou desperdícios destes.

Os coordenadores relataram que o planejamento regional é baseado nas políticas de saúde que subsidiam as tomadas de decisões locais, porém com as adequações necessárias. A avaliação é um processo permanente. Logo após o planejamento, cada setor demonstrou uma forma própria de avaliação, mas os mecanismos não foram bem explicitados. No entanto, expressam a necessidade de melhorar tal atividade, almejando uma melhor demonstração da efetividade e impactos das ações executadas. Além disso, julga-se necessário o estabelecimento de instrumentos, sejam protocolos, reuniões avaliativas etc.

Em relação à percepção acerca da efetividade dos planejamentos, se veem dependentes de ação de outros âmbitos, como a da promoção da saúde, prevenção das doenças crônicas que representam grande parte da problemática no país; a cultura popular em relação ao consumo por vezes desnecessários de medicamentos, limitações quanto ao financiamento do SUS frente às crescentes demandas no setor da saúde.

CONCLUSÃO

Apesar dos gestores do município relatarem a realização periódica de processos de avaliação e planejamento nas tarefas que lhe competem, é necessário que os mesmos os façam com o sentido ao desenvolvimento da capacidade crítica para perceber e problematizar situações diárias de trabalho. Assim, entende-se que isso influenciaria diretamente na eficiência e eficácia dos serviços prestados e sucessivamente no freio ao desmonte das políticas públicas que reduzem direitos e corroboram negativamente aos princípios e diretrizes do SUS. A área de política, planejamento e gestão deve preservar o compromisso com a análise, buscando preservar sua capacidade de indagar o “para quê”, os sentidos e propósitos das iniciativas que constituem seu objeto.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Cecilia et al. Redes de atenção à saúde sob a luz da teoria da complexidade. **Escola Anna Nery**, v. 19, n. 1, p. 169-173, 2015.

BRASIL. Manual de planejamento no SUS. 1 edição revisada. Brasília- DF, 2016.

CAMPOS, Francisco Carlos Cardoso de et al. **Planejamento e avaliação das ações em saúde**. Núcleo de educação em Saúde Coletiva- NESCON. Universidade Federal de Minas Gerais. 2 edição, 2010.

CONTANDRIOPOULOS, André-Pierre et al. A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. **Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 29-47, 1997.